

NAS TERRAS DAS CONHAS E DOS ENCANTADOS. O USO DA HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

Prof: Egnaldo Ferreira de Sousa Júnior

ProfHistória – UFS

egnaldofsj@gmail.com

Entre o local e paralelo, para onde caminha a História.

A pesquisa objetiva-se na discussão de analisar quais as contribuições da História Local para o ensino de História. Para tal, sugere-se para impulsionar o debate da História Local com o intuito de aproximar, resgatar e reafirmar as identidades locais do território indígena Jiripancó, localizado no povoado Ouricuri, município de Pariconha, alto sertão alagoano. Os conteúdos, conceitos e temas relacionados ao ensino de História, debatidos nas salas de aula seja através do livro didático, de vídeos ou textos em sites avulsos, especializados ou em redes sociais que permitem a difusão com ou sem veracidade dos conteúdos que nestes espaços e ferramentas estão disponibilizadas, são precários em abordar as contribuições da História Local.

Na atualidade, diversos questionamentos são realizados sobre o que deve ser debatido referente às identidades indígenas no âmbito da disciplina História nas salas de aula e na interpretação de olhares externos aos que não participam ativamente dos processos educativos ou levemente na labuta educativa no que concerne a relação docente-discente estimulam tensões gerando dúvidas e críticas referentes ao perfil indígena que é amplamente deturpado. É preciso reafirmar que o ciberespaço deve ser apropriado e usado com o intuito de minimizar as diversas tensões e pré-conceitos a partir do momento em que a comunidade indígena se reafirma e se socializa pelas redes sociais, tal como se elucidará a partir da concepção e socialização da história local pelo ciberespaço utilizando-se das redes sociais como *locus* da socialização das Histórias em Quadrinhos produzidas pelos discentes na Escola Estadual Indígena José Carapina. As reflexões iniciais partiram da compreensão em analisar as produções acadêmicas (artigos, livros, monografias, dissertações) referente aos Jiripancó e através desses escritos, compreender as contribuições para o ensino de história e para a educação indígena.

Vivemos tempos onde os questionamentos sobre a disciplina história e o que nela é ensinado é alvo de constantes críticas e dúvidas. Passamos de professores a doutrinadores com poderes excepcionais de formar batalhões fieis, atentos, de olhos e ouvidos abertos para só fazer aquilo que é proferido da boca do professor. Junto com esse discurso, o ensino de história tem um caminho de curvas tortuosas e retas longas que é a estrada por nome de internet, e as várias possibilidades de vias para navegar.

Na História do tempo presente a compreensão parte da proximidade dos historiadores com os acontecimentos, assim dizia Raul Seixas nos versos da canção Eu nasci a dez mil anos atrás “eu nasci/ há dez mil anos atrás/ e não tem nada nesse mudo/ que eu não saiba demais” (Raul Seixas, 1976), portanto, ao realizarmos buscas no site Google, por exemplo, podemos navegar e nos aproximarmos de conteúdos variados permitindo-nos sabermos sobre os mais variados estudos. Seriam bons os tempos de outrora que o livro era a fonte do conhecimento e da dita verdade? Como tudo é que novidade, nesse caso nos referimos ao uso de Internet como uma caminho para o ensino de História, destaca-se uma singela explicação de admiração e espanto do meu velho em andanças por Maceió, com o *Global Positioning System* (GPS) do celular indicando caminhos, alternativas e avisos, proferiu a seguinte perola “esse danado é sabido, no meu tempo, tinha isso não”. Até que ponto o ensino de História poderá utilizar a internet a seu favor? Para respondermos esta indagação parafraseamos os versos da canção de Zeca Baleiro “ela me falou/ dos seus dias de glória/ e dos que não está escrito/ lá nos livros de história...” (Zeca Baleiro 2010). Abordarei alguns perigos que a internet e a sua velocidade de compartilhamento e público pode proporcionar ao ensino de História, citando como exemplo o conteúdo duvidoso produzido pelo site Brasil Paralelo e a série de vídeos denominadas “A Última Cruzada”, onde propõe uma nova visão/versão sobre a História do Brasil, no intuito de através dos vídeos produzidos e o seu compartilhamento, outras pessoas tenham contato com essa história, baseados apenas em interpretações.

O Arrazoado

Considerando-se a velocidade e instantaneidade de informações, onde qualquer conteúdo de História pode ser buscado e encontrado nos sites de busca da Internet, cujos vídeos são produzidos com as mais variadas explicações, no mínimo questionáveis, emergiram nos últimos anos os mais arautos conhecedores da História, com uma linguagem simples dispondo também dos variados recursos tecnológicos e mediáticos, cada qual na busca de uma dita “verdade”. Para que serve a História diante desse cenário e qual será o sentido do ensinar História? Antes de nos reportarmos a essa pergunta, voltaremos ao discutido anteriormente sobre o site Brasil Paralelo, que se intitulam “uma iniciativa 100% privada. Nosso conteúdo é produzido graças aos membros assinantes, pessoas que financiam o projeto por meio da compra de assinaturas”¹.

Na página inicial do site Brasil Paralelo, clicando no ícone palestrantes, há a informação de que 150 palestrantes, dentre estes filósofos, historiadores, jornalistas e até um príncipe, contribuíram para o conteúdo do site, onde “mais de 15 milhões de pessoas já iniciaram sua expansão de consciência com os conteúdos que produzimos”². Além de um número considerável de acessos, observe o enfoque na expressão “expansão de consciência”³. Dentre os vários vídeos disponibilizados, muito bem produzidos desde o ponto de vista técnico a série Brasil: A Última Cruzada tem a seguinte definição “a série é o maior resgate histórico já produzido no país. Assista aos 06 capítulos e reviva seu patriotismo pelo país”⁴. Como a própria série se intitula, é um resgate histórico da História do Brasil, que tem o objetivo de recontar uma outra versão. Os seis vídeos da série utilizam-se de entrevistas, imagens, trilha sonora e uma excelente fotografia para destacar desde o descobrimento até o Brasil contemporâneo e navegam nas teorias de desconstruir pesquisas e conceitos estabelecidos nas obras de referência e nas produções acadêmicas sobre a História do Brasil a partir das ideias desenvolvidas na obra de Leandro Narloch (Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil), é que os contextos são criados.

Os vídeos não são materiais historiográficos de fato, não estabelece um método pedagógico, a pouca informação é passada de maneira superficial. Não existe indicações

¹ www.brasilparalelo.com.br. Acessado em 18/01/2019

² www.brasilparalelo.com.br. Acessado em 18/01/2019

³ Grifo nosso.

⁴ www.brasilparalelo.com.br. Acessado em 18/01/2019

das fontes históricas, não é explicado qual o método, que poderia permitir uma credibilidade referente as informações, visto que os interessados poderiam investigar. Os vídeos estão disponibilizados gratuitamente no youtube e no canal Brasil Paralelo, que conta com aproximadamente 750 mil inscritos⁵, e com visualizações aos 06 vídeos da série totalizando mais de 4 milhões. Não será nessa oportunidade que detalharemos os vídeos enunciados. Todavia enfoca-se como a internet possibilita o acesso a um conteúdo gratuito, por várias vezes e por uma grande quantidade de pessoas com reflexos diretamente para o ensino de História, devido a facilidade de acesso e a informação, visto que “in a world where students can easily browse the web” (POPKINS, 2010, p. 173). Retomando as simples perguntas, porém de complexa resposta, na graduação, no início do século XXI, teríamos uma resposta até então reconfortante: serve para os alunos serem críticos, não serem alienados. Pois bem, após concluir a graduação e nos depararmos com a sala de aula lotadas; todas aquelas discussões convictas de razões e conteúdo são abaladas ou caem por terra, porque as “teorias” ficam longe da prática e as questões do ensino são minimamente abordadas. Algumas explicações partem de que o processo histórico é constituinte de nossa realidade social, e estuda o passado para compreender o presente. De acordo com Jenkins (2005) “a história pode ser vista como a maneira pela qual grupos e/ou classes dão sentido a seu próprio passado apossando-se dele”. Esse passado tido como justificativa de explicação do presente, ou como forma de justificar ações de grupos sociais e/ou políticos, torna-se uma busca de verdades, e a História passa a ser representada como um conjunto de informações sem sentido ou dispensáveis. Vale ressaltar a abordagem do PCN (1998)

“Os eventos históricos eram tradicionalmente apresentados por autores de modo isolado, deslocados de contextos mais amplos, como muitas vezes ocorria com a história política, em que se destacavam apenas ações de governantes e heróis. Hoje prevalece a ênfase nas relações de complementariedade, continuidade, descontinuidade, circularidade, contradição e tensão com outros fatos de uma época e de outras épocas. Destacam-se eventos que pertencem à vida política, econômica, social e cultural e também aqueles relacionados à dimensão artística, religiosa, familiar, arquitetônica, científica, tecnológica. Valorizam-se eventos do passado mais próximo e/ou mais distante no tempo. Há a preocupação com as mudanças e/ou com as permanências na vida das sociedades.”

⁵ www.youtube.com canal do Brasil Paralelo. Número aproximado acessado em 18/01/2019

Diante do avanço dessa proposta curricular, não é surpresa mencionar que ainda convivemos com periodizações, narrativas marcadas por causa e efeito, e a História representada, principalmente nos livros didáticos como uma evolução lógica e racional em direção ao progresso da civilização. Entretanto, mesmo diante de rupturas e permanências, e como avanço de conteúdos disponibilizados na internet a que se considerar a afirmação de Bloch, 2011, p.53-55) sobre o objeto da História:

“há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da História é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. (...) ‘ciência dos homens’, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: ‘dos homens no tempo’. O historiador não apenas pensa ‘humano’. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração”

A História tem no seu objeto a atuação dos homens no tempo, como romper com o “ensinar História como algo pronto e acabado, com conteúdo predefinidos, sem levar em conta o contexto e os sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem” (SCHMIDT, 2010). Um caminho a trilhar é colocar o discente em atividade, e que a História permita a reflexão sobre a sua realidade e os questionamentos a partir de suas experiências, os orientando em suas vidas práticas, observando que a História através do ensino deve ser “uma prática científica, produtora de conhecimentos, cujas modalidades dependem das variações de seus procedimentos, das restrições que lhe impõem o lugar social e a instituição de saber onde é exercida, ou ainda, das regras que necessariamente comandam a escritura” (CHARTIER, 2005, p. 99). Diante disso é que a série entoa sob um viés preocupante para o ensino, pois há deturpação das fontes, plágio e falta de integridade na medida em que carrega o intuito de expansão de consciência. Todavia, diante dessa expansão de conteúdo quais seriam as alternativas diante dessa avalanche?

Do Palatável ao Exequível

O caminho sugerido passa por uma questão que é ligado ao que realmente os alunos aprendem, e o significado de ensinar História como orientadora da vida. Diante dos vários

questionamentos sobre a utilidade da História, ou para que serve essa disciplina, cabe observar (LEE, 2011, p.26)

“sem história o passado serve meramente a interesses práticos e assim, em um importante sentido, nós seríamos destituídos de nossa própria experiência. Para a pesquisa histórica, é simplesmente uma investigação racional do passado e, desde que nós não podemos escapar do passado, nós temos que procurar o melhor conhecimento que pudermos obter sobre ele. É por essa razão que se torna original perguntar que uso a história tem ou por que a história poderia ser aprendida. Se nosso conhecimento do mundo presente não é nunca um “conhecimento instantâneo”, e nos traz, quer queira, quer não, alguma concepção substantiva do passado, então, ser historicamente ignorante é, justamente, ser ignorante”.

Essa ignorância observada por Lee, nos faz pensar como ensinamos e qual é o sentido atribuído a História, não só pelo mero conhecimento do passado, mas como esse conhecimento é aprendido. Para (Rüsen, 2007, p.102) “são as situações genéricas e elementares da vida prática dos homens (experiências e interpretações do tempo) que constituem o que conhecemos como consciência histórica”, e esse aprendizado não é apenas uma aquisição da história, mas a consciência histórica servirá para orientarmos no tempo, utilizando como algo prático nas nossas vidas. Como bem esclarece (FREITAS, 2010, p. 175),

“aprender História não significa, apenas, apropriar-se dos fatos históricos objetivamente (reter substantivos próprios e datas significativas sobre o passado do país, por exemplo, relacionados ao historiador). Aprender História significa, sobretudo, apropriar-se da experiência histórica (os fatos objetivos da ciência de referência, inclusive), diferenciá-las no tempo, conhecer e ampliar o estoque de modelos para a interpretação dessa experiência, e, por fim, correlacionar modelos de interpretação com o seu presente, empregando-os no trabalho de reflexão, orientação e tomadas de posição na sua vida cotidiana.”

A consciência histórica (RUSEN, 2007, p.55) “se reconhece qual a sua ‘inserção de vida, no sentido de orientação para a vida prática”. Essas primeiras discussões sobre consciência histórica, que conheci a partir do PROFHISTÒRIA na UFS, nos fazem refletir sobre o conhecimento prévio dos alunos, mas isso não é o cerne da questão, o que levanta questionamento ao ensino é o que é apreendido pelas pessoas, ou como essa consciência é construída. Para (LEE, 2006, p. 136) “a consideração de Rüsen sobre a consciência histórica sugere alguns princípios para construir um conceito de literacia

histórica.”. A história não vista apenas como um acúmulo de informações sobre o passado, ou simplesmente com ações que visem apenas as referências, e execução de ideias elementares, mas uma educação histórica na proposição do ensino e aprendizagem em História como forma de compreender as relações entre professores e alunos. Nesse processo de construção do conhecimento histórico, (LEE, 2011) esclarece:

“a educação histórica divide os conceitos fundamentais em história em duas tipologias: conceitos substantivos e conceitos de segunda ordem. Por conceitos substantivos entende-se os conteúdos da História, como o conceito de industrialização, renascimento, revolução. Já os conceitos de segunda ordem são conceitos envolvidos em qualquer que seja o conteúdo a ser aprendido. Entre eles, podemos citar de continuidade, progresso, desenvolvimento, evolução, época, enfim, que se referem à natureza da História, como explicação, interpretação, compreensão”.

Essa compreensão do ensino de História, como produção de consciência histórica que dão sentido, significado e ensinamento de vida para os sujeitos, pode ser um outro caminho para o ensino aprendizagem, baseado no uso da História Local com metodologia de aproximar os alunos de seu cotidiano, ressaltando que (POPKIN, 2007, p.181) “intellectually speaking, there is no doubt that history remains a vital and creative discipline and that historiographical analysis has a vital role to play”.

O perspectivar através da História local

Embora oficialmente a história local deva ser obrigatoriamente trabalhada em toda a Educação Básica, o ensino da História Local encontra-se bastante limitado, devido ao fato de os professores não terem acesso à materiais didáticos voltados para esta perspectiva. Alguns profissionais, na tentativa de contemplarem esta prática, desenvolvem ações aleatórias e isoladas, distanciando assim, a teoria da prática e contribuindo para desestimular o aluno, que muitas vezes passa a ver o ensino de História como algo desconexo da realidade atual. Nesse sentido, observamos (BITTENCOURT, 2005, p.16)

“o papel do ensino de História na configuração identitária dos alunos é um dos aspectos relevantes para considerar ao proporem-se estudos da história local. Muitas vezes esta tem sido objeto de estudo escolar, preservando, no entanto, os mesmos pressupostos norteadores da história nacional. A história local pode simplesmente reproduzir a história do poder local e das classes dominantes, caso se limite a fazer os alunos conhecerem nomes de personagens políticos de outras épocas,

destacando a vida e obra de antigos prefeitos e demais autoridades. Para evitar tais riscos, é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas...”

A historiografia vem considerando que as realidades criadas pelas experiências da atividade humana não pode ser somente analisadas a partir de seus aspectos globalizantes, mas, também, dentro das suas particularidades e singularidades, que se manifestam principalmente e de forma riquíssima no nível local, com isso torna-se necessário observar quais as contribuições do uso da História local para a educação e o ensino de História.

Aproximar as pessoas do processo histórico, rompendo com a história objetiva e tradicional, valorizando a historicidade de pessoas comuns, e trazer à tona acontecimentos, personagens e lugares comuns ao estudante, possibilita sua aproximação com a disciplina e faz com que perceba a relação entre passado e presente, com objetivo buscar subsídios que auxiliem na compreensão da história através do uso da História local. Para (GUIMARÃES, 2017, p. 241) “o local e cotidiano do aluno constituem e são constitutivos de importantes dimensões do viver – logo podem ser problematizados” observando-se que o ensino de História necessita cada vez mais de práticas que priorizem a formação do sujeito histórico, na busca de sentido para as construções e reconstruções históricas.

De forma didática, o uso da História local favorece o trabalho interdisciplinar, por exemplo com a Geografia, no estudo, análise e interpretação de mapas, mudança das paisagens, uso e ocupação do espaço, e a possibilidade de trabalhar conceitos substantivos, pertinentes ao ensino de História, como por exemplo, sociedade rural, agricultura, urbanização. Sendo assim, o estudo do meio não é fim, e abre janelas para o professor “escapar” de concepções de história presentes nos materiais didáticos. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)- Lei nº 9.394/96 – no seu artigo 26, enfatiza que a “parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, da economia e da clientela”. O que se propõe com essa perspectiva da História é a ressignificação do olhar do educando, através da sua problematização afim de que perceba

o seu entorno como construído historicamente e que, portanto, como agente histórico, e suas escolhas constituem uma construção histórica.

Há muito a historiografia vem considerando que as realidades criadas pelas experiências da atividade humana não podem ser somente analisadas a partir de seus aspectos globalizantes, mas, também, dentro das suas particularidades e singularidades, que se manifestam principalmente e de forma riquíssima no nível local. Ressalto (GUIMARÃES, 2017, p. 237) “a educação histórica, a formação da consciência histórica dos sujeitos não ocorre apenas na escola, mas em diversos lugares”. A compreensão múltipla, que a História local pode proporcionar, como estratégia de aprendizagem, possibilita garantir uma melhor apropriação do conhecimento histórico, através da multiplicidade de vozes e sujeitos, e é nesse aspecto que a análise da Educação Indígena na comunidade indígena Jiripancó merece reflexão. O uso da história local, como uma possibilidade de contribuição para a educação indígena parte segundo (BERGAMASCHI, 2012, p. 07) “do reconhecimento do outro como interlocutor legítimo, embasando a interação no respeito a esse outro com o qual dispomos a dialogar. O respeito aos povos indígenas supõe conhecê-los, a fim de reconhecê-los nos seus modos de viver”. O interesse pela pesquisa surge do desejo de contribuir, enquanto mestrando do profhstória, para uma prática docente que dinamize as aulas de História a partir do uso da história local como aporte para educação indígena e que o saber histórico se torne relevante e significativo para os alunos da escola Estadual Indígena José Carapina, observando (LUCINI, 2000, p. 16)

“as práticas sociais são construções culturais, que se solidificam como naturais e, como tais, sem um movimento de estranhamento, nos cegam para outras possibilidades de leitura, não nos permitindo perceber de que forma são construídas e legitimadas dentro de nossa sociedade. Assim, todos os espaços da escola, sua organização e a ocupação dos mesmos por alunos, professores e funcionários, constituíram-se em elementos importantes para a construção do universo investigado”.

Amparados pelos conceitos iniciais, qual seria o papel escola e da educação indígena para esses povos? Nesse sentido, Bergamaschi (2012, p.55) afirma

“se os povos indígenas empreendem esforços para concretizar o diálogo intercultural, nos levam a pensar que se a proposta educacional é conviver e efetuar trocas com as sociedades indígenas, a escola terá que fazer um esforço para conhecer esses povos, sua história e sua cultura

e, mais especialmente, afirmar uma presença que supere a invisibilidade histórica que se estende até o presente”.

Sendo assim o ensino de história passará do arrazoado de informações aparentemente desnecessárias, para um significado mais exequível, na pretensão de uma prática palatável, na possibilidade de perspectivar o futuro, como orientador da vida prática, no intuito que o material pedagógico produzido pelos professores possa ressignificar o ensino, a prática e com o uso da história local contribua para uma educação indígena de pertencimento.

Um novo caminho parte lei 11.645/08 o arcabouço educacional do nosso país foi criado em um alicerce baseado nas construções das primeiras escolas pelos jesuítas, atuando numa segmentação em dois blocos, um para a catequese dos povos indígenas e outra para os filhos dos colonos. Observamos que

Neste período não cabe a denominação de escola indígena, uma vez que esta pressupõe algum nível de participação e protagonismo indígena. Na “escola para índio” a relação é verticalmente de brancos para índios, ou seja, os brancos são os donos e mandatários da escola que impõem processos educativos segundo seus interesses (LUCIANO, 2013, p. 1)

Considerações

Estamos distantes do que é abordado nesses conceitos, seja a princípio pelo desconhecimento de tais abordagens, passando pela carência na formação, seja pela lacuna estabelecida entre a academia e a educação básica. A partir desse primeiro contato e após a interação com as leituras, outras inquietações surgem, na medida de como proceder para percorrer esse caminho proposto. Por mais que durante nossa prática, tentamos nos aproximar de tais posicionamentos, nos encontramos no estágio da tentativa e erro, visto que as experiências adotadas sobre esse viés, ainda são iniciantes diante de toda a conjuntura envolvida no ensino de história e as particularidades da educação básica.

Os primeiros passos foram dados, na busca de trilhar esse caminho almejado, principalmente porque vivemos uma era de acelerada difusão e acesso a informações, visões, questionamentos e verdades, e será essencial que o ensino de História repense suas práticas, na busca de dar um sentido para a vida cotidiana. O ensino de história

passará do arazoado de informações aparentemente desnecessárias, para um significado mais exequível, na pretensão de uma prática palatável, na possibilidade de perspectivar o futuro, como orientador da vida prática. Por isso o ensino de História deve caminhar pelos trilhos de uma marca de confiabilidade, onde diante das avalanches de informações, questionamentos, críticas, dúvidas e incertezas, o ensino se torne o caminho de sobrevivência nesse mundo marcado pelas generalizações, relativismo e discursos de verdades, e nesse contexto que a contribuição da pesquisa parte da construção de um aporte pedagógico, como auxiliador para o ensino de História, através do uso da História da local, na visão da comunidade Jiripancó.

Referências Bibliográficas

BITTENCOURT. Circe M. F. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.

BERGAMASCHI. Maria A. (org.). Povos indígenas & educação. Porto Alegre: Mediação, 2012.

BLOCH, Marc. Apologia da história, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia. Brasília, 1997

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 25 Jun. 2018.

BRASIL PARALELO. <www.brasilparalelo.com.br> acessado em 18 de Janeiro de 2019

CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Tempo e Argumento. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. Florianópolis. V.10, n.23, p. 80-108. Jan./Mar. 2018.

FREITAS, Itamar. Fundamentos teóricos-metodológicos para o ensino de história (anos iniciais). São Cristóvão: Editora-UFS, 2010

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História e ensino de história. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GAY, Peter. The cultivation of hatred. Nova York. Norton e Company, p. 67-94, 1993

GUIMARÃES, Selva. Didática e prática de ensino de história. São Paulo: Papyrus editora, 2017.

JENKINS, K. A História repensada. Tradução de Mario Vilela. Revisão Técnica de Margareth Rago. São Paulo: Contexto, 2001

LEE, Peter. Por que aprender história? Why learn history?. Educar em revista, n.42, p. 19-42, out/dez. 2011.

_____. Em direção a um conceito de literacia histórica. Towards a concept of historical literacy. Educar em revista, Especial, p.131-150, 2006.

LUCIANO, Gersen dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Brasília: MEC/SECAD/LACED/Museu Nacional, 2006.

LUCINI, Marizete. Tempo, narrativa e ensino de história. Porto Alegre: Meditação, 1999.

POPKIN, Jeremy. The Story Historiography. History in a new millennium. Oxford Press. p. 167-195. 2015

RÜSEN, Jorn. Razão histórica. Brasília: Unb, 2007

SCHMIDT, Maria A; CAINELLI, Marlene. Ensinar história. São Paulo: Scipione, 2010